



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPEs – LATINDEX
Nº. 21 – Ano XI – 05/2022
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

É possível animar o debate de uma fonoaudiologia generalista? corpo e memória em cena

Prof^a. Dr^a. Leda Maria Fonseca Bazzo
Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade do IHAC
Universidade Federal da Bahia - UFBA – Brasil
Docente no Departamento de Fonoaudiologia
Universidade Federal da Bahia - UFBA – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4631769198398420>
E-mail: bazzoleda@gmail.com

Beatriz Hellen Araújo Paim
Graduanda em Fonoaudiologia
Universidade Federal da Bahia - UFBA – Brasil
E-mail: hbse1@hotmail.com

Quêmeli Suenne Cavalcante Manguiera
Graduanda em Fonoaudiologia
Universidade Federal da Bahia - UFBA – Brasil
E-mail: suennemellique@hotmail.com

Resumo: Segundo a Lei de Diretrizes e Bases do Conselho Nacional de Educação (CNE), no artigo 3º, o curso de graduação em Fonoaudiologia deverá atender o perfil do egresso e profissional, fonoaudiólogo, a partir da formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Neste ensaio, busca-se considerações para a pergunta: é possível ao descrever os corpos de sujeitos de uma determinada cidade pela fenomenologia hermenêutica da memória, animar o debate de um perfil de fonoaudiólogo generalista? Na tentativa de responder à questão, abre-se muitas outras com argumentações em disputas que poderão fomentar novos exames. Mas, nas pitas provocadas por esse estudo pode-se atestar que, ao seguir a trajetória da descrição simbólica do corpo territorializado, abre-se narrativas da memória na relação do sujeito-sociedade com seu presente nos elos com seu passado. Acredita-

se que, a procura de decifrar esse corpo com características arqueológicas, encoraja indivíduos ou grupos invisibilizados da sociedade a abrirem seus testemunhos. Assim pensa-se fundamental a compreensão dos enunciados corporais e linguísticos de uma cultura para desenvolver o perfil do fonoaudiólogo generalista. Essas narrativas funcionariam também como pilares da equidade social auxiliando a luta de grupos oprimidos buscarem seus direitos civis.

Palavras-chave: Fonoaudiologia generalista. Memória. Direitos civis.

Introdução

Este ensaio entretém a reflexão da possibilidade de que a análise do corpo numa determinada cidade possa animar o debate de uma fonoaudiologia generalista. Pauta-se na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que rege o currículo para a formação desse profissional fonoaudiólogo. Assim, destaca-se da lei o compromisso com a formação ético-filosófica de natureza epistemológica e ético-política vinculada no rigor científico e intelectual (BRASIL, 2002). Assinalam-se, ainda, os aspectos da lei que frisam o engajamento formativo do curso na “atenção aos saberes das ciências sociais e humanas para a compreensão dos determinantes sociais, culturais e de saúde [...]” (BRASIL, 2002).

São destes destaques da Lei, por um lado, e a busca de uma reflexão para compreender o fonoaudiólogo generalista por outro - isento de qualquer enquadre relativo às especialidades - que insere-se num percurso com a fenomenologia hermenêutica embasada pelo filósofo Paul Ricoeur.

Destaca-se neste ensaio a ausência da busca por inserir o fonoaudiólogo generalista, por exemplo, no interior da saúde coletiva, o mais comumente encontrado nos artigos; tampouco busca-se retratá-lo com práticas coletivas na escola ou outras instituições de naturezas diversas. Igualmente, distanciam-se dessa reflexão os aspectos conceituais da educação em saúde para a mudança nos projetos político-pedagógicos dos cursos. Esse assunto poderá permear o debate como uma problematização de fundo, sem almejar sua centralidade.

Assim, entende-se o fonoaudiólogo generalista como “livre”, por assim dizer, das especialidades. Ou ainda, aspira-se a saída desse profissional da dualidade do conhecimento, na relação onde estão de um lado o sujeito e, do outro, o objeto.

Nessa perspectiva, o ser fonoaudiólogo é o mesmo que o objeto interpretante; ou ainda, nas palavras do filósofo Paul Ricoeur (1978): “compreender não é mais, então, um modo de conhecimento, mas um modo de ser, o modo desse ser que existe compreendendo”. O principal norte para o empreendimento buscado são os fenômenos reais, vividos, sentidos, percebidos e interpretados numa síntese do próprio conceito da fenomenologia hermenêutica a partir do filósofo supracitado.

Ao colocar como questão central, se é possível ao descrever os corpos de um determinado grupo numa cidade pela fenomenologia hermenêutica da memória animar o debate da fonoaudiologia generalista, coloca-se a linguagem no centro desse investimento.

Assim como a linguagem, os esqueletos dos sujeitos em movimento na vida cotidiana orientam-se nos tempos sobrepostos (passado, presente e futuro), circunstância que relaciona esse corpo a uma memória. E, se memória é tempo transcorrido, ou a profundidade do passado a partir do conceito de memória de Aristóteles, pressupõem-se que, para compreender os sujeitos do presente, é necessário também um retorno na relação com o seu passado, daí a importância da anamnese na clínica fonoaudiológica.

Ausentando-se do pensamento no interior da clínica e indo ao encontro desse “ser” da vida é que se propõem agora, observar as caminhadas na cidade de Salvador. Nesse local, é o corpo como pulsão que é buscado, em contiguidade com essa arquitetura histórica e secular, ampliando algo da própria existência e incluindo os arredores como os sons, os cheiros, as cores no desvendar desse universo semântico.

Pensa-se, portanto, o corpo como sendo uma das maiores formas de expressão dessa cidade, seja ele coletivo ou individual. Contudo, bem sabe-se que o corpo herda valores, histórias e marcas que o constituem e, muitas vezes, esse corpo está “soterrado” de um passado no presente, com signos ativos de uma

arqueologia da modernidade. Trata-se de um corpo psíquico, histórico e sociológico, atravessado por difusas questões. São legados do período colonial que esse corpo guarda, igualmente, alicerces apoiados no período escravagista e conservados ao longo dos séculos. Há nesse corpo signos da opressão que são igualmente presentificados.

Deste modo o corpo soteropolitano se reformula no revés de questões socioculturais ainda pungentes, com dimensões múltiplas de uma narrativa sobre indícios compreendidos a partir dos resquícios da memória motora, a perpetuar-se entre as gerações.

É por esse acalorado debate que se chama ao diálogo alguns autores da memória como meio de uma possível explicação do contexto da modernidade, que guarda traços desta tradição, amalgamada por uma história colonial não muito evidenciada, tampouco oculta, entre permanências e ações dos indivíduos que relutam por mudanças (SORGENTINI, 2003).

Dialoga-se agora com o antropólogo e sociólogo Marcel Mauss como inspiração descritiva do corpo (ou uma memória corporal da cidade de Salvador), senão em seu conjunto, a de um segmento importante de seu povo. Assim, verificam-se possíveis indícios de uma memória corporal profunda por relatos de grupos representantes de minorias marginalizadas que reabilitam a periferia ao centro (SORGENTINI, 2003; POLLAK, 1989).

Desses relatos, verifica-se uma história escravocrata, apolítica, que marginaliza e enfraquece determinados grupos e parece ainda permanecer como um código ativo da memória do passado nas relações pessoais e também nas performances da vida cotidiana na cidade de Salvador.

Questões sociológicas da memória

Nem mesmo Durkheim negou a possibilidade de o ser humano criar estratégias de (re)existência, apesar das barreiras que seriam preponderantes numa volta à permanência. Assim, não seria a memória a acionar um conjunto de lembranças que, de certo modo, ordena nosso sistema nervoso à organização para conceber diferentes narrativas e trajetórias no mundo? É porque lembra-se (o ponto em que se está) que se pode projetar, decidir e construir um melhor planejamento e, assim, instituir ou não práticas criativas de apresentar-se no mundo. Do outro lado, o esquecimento, enquanto potência criativa, também é um importante marcador para a reciclagem das memórias, indo ao encontro de outros traços cognitivos.

A memória pode ser compreendida como um “assunto vasto e de tratamento complexo, indo da psicologia à filosofia, da neurobiologia à história contemporânea e da zoologia à *petite madeleine* de Proust” (FENTRESS; WICKHAM, 1992). Assim, a memória organiza-se por diversas áreas e esferas do conhecimento, sendo parte dos estudos para compor diferentes abordagens. Contudo, o funcionamento da memória é direto e prático, operando no cotidiano, apesar de arredo o campo quando enseja por explicações unívocas.

Para Ricoeur (2007), a memória pode ser entendida na distensão do que se mantém e do que na cadeia se rompe (ELIAS, 1993; 1994). Se, para Platão, a memória era algo original, cravado na alma do sujeito, como um *eikón*, ou uma “marca no sinete”, na busca de uma verdade por lembranças, é somente em Aristóteles que o sujeito da memória é vinculado ao tempo e adepto a mudanças na cronologia que transcorre.

Já a memória tomada como fenômeno, nos estudos sociológicos, pode-se dizer que o tempo na longa duração representa um importante aspecto de análise para formular categorias, ou para compreender o que impulsiona as mudanças na sociedade, assim como as suas permanências.

Desta feita, a memória, ainda que nem sempre explícita nos trabalhos como a principal categoria de análise, parece ser um marcador fundamental quando

comparada às mudanças e manutenções de costumes numa sociedade a partir dos períodos, sejam estes curtos, médios ou longos, a exemplo do trabalho de Norbert Elias (1993; 1994), que direcionou investigação de grande envergadura sobre o tema e, ao analisar as sociedades francesa e alemã ao longo de muitas décadas, propôs compará-las por longos períodos da passagem entre os séculos.

Assim, apesar de Elias não se utilizar exatamente de uma teoria epistêmica da memória, ou não a ter evidenciado, é inegável a memória como marcador presente em toda a sua obra. Desse modo, a memória acaba sendo uma fonte que auxilia a criação de trabalhos pioneiros.

Pode-se dizer que, no Brasil, dentro da escala de classes trabalhadoras, a partir do avanço da industrialização e do sistema capitalista, certas profissões subalternas parecem sobreviver de um passado remoto, do período colonial, e que aos poucos são evidenciadas e causam estranhamentos devido à sua perpetuação.

A todo tempo, existem grupos de pessoas que, por empregarem as outras, sentem-se no direito de tratá-las como desumanas, ao negligenciar os limites relativos as horas de trabalho que seu corpo pode empenhar-se. Ao mesmo tempo, há grupos de indivíduos que se deixam subalternizar por necessidade de sobrevivência, acumulando as histórias e cargas existentes do passado com as marcas atuais, gerando um ciclo persistente de opressão.

Em outras palavras, o Brasil, por ser um país de legado escravagista por mais de três séculos, parece ainda guardar em seus tentáculos memórias que sobrevivem e se atualizam desde o período colonial. Em Marc Bloch, verifica-se o início de trabalhos que apontam para uma história nem sempre linear, onde o passado parece amalgamado ao presente, inaugurando um certo ceticismo em relação à história oficial, aquela que nos foi contada (BLOCH, 1925). Desta feita, surgem estudos pioneiros das histórias “vindas de baixo” a abalar os alicerces da história preponderante, em geral contada pelos colonizadores, ou pelas classes que estavam no poder.

Seguindo essa trajetória, parece importante duvidar da história oficial na busca de uma verdade ou de outras verdades. É em Descartes que essa dúvida

encontra maior destaque, à procura de uma autenticidade lógica dos fatos ou de uma ciência (DESCARTES, 2001). E, novamente, a memória passa a ser importante fonte, se não fundamental, no aprofundamento para os vários prismas de possibilidades muitas vezes encobertas.

Pode-se dizer que, em algumas regiões do Brasil, a memória colonial parece ser mais ou menos evidenciada, dispondo de rastros irrefutáveis de uma época histórica que articula no presente o passado. Percebe-se que na cidade de Salvador ainda era comum, até o final do século XX, haver nas casas um quarto com banheiro para a dependência de empregada doméstica, conservado das entranhas do período colonial, já por bases renovadas da arquitetura da casa-grande e senzala. Nos edifícios residenciais, os quartos de empregada, que são acessados sempre pela área de serviço, possuem dimensões mínimas e possibilitam apenas a colocação de uma cama na maior dimensão e, na menor, permitem a abertura da porta. Esse é o modelo seguido, independentemente do tamanho do apartamento. A partir do século XXI, mais especificamente, essa configuração arquitetônica parece ter sido superada na planta dos prédios mais recentes. Essa afirmação tende à conclusão de que houve mudanças, uma vez que diversas mobilizações em prol de direitos de minorias sociais e de trabalhadores foram realizadas. Contudo, essa mudança arquitetônica não ocorre ao acaso, e sim por um conjunto de direitos reivindicados a partir do que as empregadas domésticas passaram a questionar, como: a ausência de um horário fixo de trabalho, direitos a horas extras, licença-maternidade, décimo terceiro salário e férias. Por esse agrupamento de reivindicações à Justiça brasileira, há a concessão dos direitos trabalhistas, mais que merecidos, à categoria.

Todavia, essa situação atual mostra-se bem distante do trabalho desenvolvido pelas “domésticas” do século passado, quando muitas, além de não ter horário fixo de trabalho, recebiam salário irregular com rastros bastante próximos ao regime escravagista, operando como signo diferente, mas ainda ativo.

Os prédios atuais, por exemplo, das duas últimas décadas do século XX, ainda conservam a dependência de empregada com o banheiro, algo que, naturalmente, hoje em dia não é utilizado dessa forma. Entretanto, uma vez

configurado o espaço desse modo, há uma memória ativa desses cômodos, que “falam seus fantasmas”, de como funcionaram, podendo inclusive, ainda, perpetuar-se como possibilidade, em outras bases, essa mesma lógica de trabalho, agora com outros códigos e condutas, visto que a questão foi judicializada.

Isso posto, pode-se verificar como a sociedade e o Estado, tido como órgão civilizador, influenciam não só a construção do espaço público, mas também do privado, com marcadores de grande influência e legitimação social de determinados comportamentos. Refletir sobre essas normas morais/jurídicas como “coisas” ou incógnitas a serem explicadas/analisadas permite a aproximação do conceito de fatos sociais de Durkheim (2014).

Para esse sociólogo, os fatos sociais são coisas que preponderam sobre os indivíduos e os levam a um ordenamento como um conjunto de ações legitimadoras de suas condutas. Numa direção mais patente ao campo da memória, é em Halbwachs que a teoria de Durkheim aflora e, assim, a memória pode ser compreendida como uma força social, sendo desta que faz emergirem as lembranças. Nas palavras de Halbwachs:

Na realidade, a percepção resulta de uma demorada operação de treinamento e de uma disciplina (social) que não se interrompe; como as coisas não podem entrar no nosso espírito e não podemos explicar agora a ligação dos estados de consciência que são nossas lembranças pelas forças e relações do mundo inerte, somos obrigados a imaginar um princípio de atração entre as imagens, como princípio de contiguidade no tempo e no espaço. (HALBWACHS, 2013)

Na cidade de Salvador “a memória das imagens do corpo como princípio de contiguidade no tempo e espaço” é inquietante. Percebe-se que determinadas condutas sociais se repetem ao longo da história, e se perpetuam como raízes que parecem, de certo modo, fincar um jeito de ser e um modo de estabelecer

determinado comportamento. Esses procedimentos vêm da memória do corpo individual e coletivo. Seria necessária uma análise profunda para verificar como as memórias são ativadas e perpetuadas numa espécie de comportamento intergeracional em contiguidade com as narrativas. Destes corpos centra-se naqueles da ação marcada por procedimentos históricos para a precarização dos trabalhos. Por exemplo, há uma relação muito próxima entre o trabalho opressivo, realizado por sujeitos, e a cor da pele, em geral, preta, parda ou afrodescendente, semelhante à hierarquia imposta a grupos sobre os quais, por uma série de categorias conjugadas, os “fatos sociais” imperam historicamente na passagem entre os séculos.

Figuras históricas e importantes do passado congregaram diversas inverdades de uma pseudociência (criadas por essa mesma elite) para que o corpo negro fosse desumanizado, tratado como mercadoria de consumo. Como reflexo desse pensamento, alguns grupos, ainda hoje, fazem essas razões serem memoráveis e atualizadas, para que o grupo massacrado continue a ser objetificado perante os “superiores”.

Entendidos assim, esses fatos sociais explicariam determinadas atitudes que aprisionam o sujeito em labor semelhante ao escravizado, no qual minam suas forças ou sua mobilidade, dificultando o acionamento de novos rumos. Vertem-se, portanto, em marcadores corporais de memórias que funcionam similarmente a uma repetição, atravessando gerações como formas específicas de coerção. Por conseguinte, há uma rede que articula segmentos sociais por quadros de memória distintos que se relacionam, se interpenetram, sem, contudo, modificar suas condições na escala hierárquica que ocupam.

Por essa organização mental, explicar-se-ia grande parte das questões que aparecem como problemas crônicos ou um conjunto de determinações sociais que levam os indivíduos a condutas fixadas, como a violência, o suicídio e a subalternidade. Pensa-se essas questões em similitude com as desigualdades de acesso a bens como a saúde e a educação formal, por exemplo.

Caso fossem compreendidas as desigualdades sociais a partir de um prisma único, se chegaria a conclusões bastante próximas às do sociólogo Durkheim; contudo, qual a vantagem de explicar a memória do sujeito narrativo a partir da lentidão ou quase imobilidade dos indivíduos aprisionado pela estrutura política do Estado? Ele seria um sujeito apagado em meio à superestrutura que rege a sociedade, sob o qual essas leis o impelem a determinadas ações e condutas. E assim, ainda que refletindo sobre essa teoria, cujo precursor é o sociólogo positivista e sua escola durkhemiana, pede-se ao leitor que aguarde o final do ensaio, de modo a não precipitar seu desfecho.

Com outro parâmetro mais ameno ao exame da afirmativa anterior, há o exemplo do pensamento de outro sociólogo, Pierre Bourdieu, que parece mais prudente na ausência da negação absoluta da mobilidade do sujeito na estrutura social. Contudo, o autor estabelece a tese de uma estrutura estruturada e estruturante na difícil saída dos sujeitos aos *habitus* (BOURDIEU, 2009).

Na parte seguinte deste ensaio, propõe-se uma conversa com Henri Bergson, inserindo Marcel Mauss (1974) como um modo de pensar a memória a partir das condutas corporais que marcam determinadas culturas – ou o que Bergson (1990) chamou de “memória hábito” ou “memória corporal inconsciente” operando como soberana.

Agora, trabalha-se com a hipótese de que, nos empregos subalternizados, ou naqueles que em geral exigem grande esforço físico e dispêndio de energia corporal para serem realizados pelo trabalhador, impera uma forte influência do contexto histórico, pesando na relação dos sujeitos a perdurar a hierarquia das suas condições sociais pretéritas. Em outras palavras, os sujeitos desfavorecidos historicamente seriam os mais propensos a continuar nessa condição. Há fatores inegáveis da configuração social e da constituição do estado-nação que impedem sua mobilidade por sombras históricas? (LEPECKI, 2012).

No diálogo com o antropólogo e sociólogo Marcel Mauss estaremos orientados por seu estudo do corpo pela interface com as culturas. Assim como este antropólogo, busca-se aqui uma especificidade da cultura corporal da qual se

observa. Mas é bom sublinhar que, para a análise dos corpos de uma determinada cultura apreende-se uma dimensão ou um conjunto delas. A análise em geral é específica e generalizante ao mesmo tempo sobre o ponto de vista fenomenológico daquele que a realiza. Essa descrição fenomenológica é feita da apreensão perceptiva (congregada pelos sentidos) da cultura observada pelos corpos em movimento. Quando essa descrição, que é o método principal da fenomenologia, faz sentido para a compreensão de algo fundante deste “específico”, ela é posta como generalizante. Pode-se observar, contudo, a possível limitação do método, o que não invalida todo conjunto reflexivo para que possa ser descartado, tampouco o método fenomenológico deve ser utilizado como lei geral que orchestra o funcionamento de um determinado grupo da sociedade (RICOEUR, 1978).

Tomando-se o Brasil como exemplo, observa-se que, a caracterização dos corpos brasileiros, se compreendidos como conjunto da sociedade, pode sofrer muitos equívocos, visto que as dimensões do nosso país são continentais e, portanto, há uma diversidade muito grande na condução dos corpos no espaço. É indo do geral ao mais específico e fazendo desse microcosmos corporal uma possível relação com o macro que se descreve agora uma experiência subjetiva na relação dos corpos no espaço em movimento na cidade de Salvador.

Nessa parte, solicito do leitor autorização para modificar um pouco o estilo de escrita que vinha-se adotando anteriormente neste ensaio. Isso se justifica para conduzir um ajustamento aos modos de compreender melhor as cenas que serão descritas e relacionada aos corpos.

Suponha que você tenha decidido, depois de três anos morando na cidade de Salvador, que você não poderia manter o estilo paulistano de andar pelas avenidas da cidade. Se, por um lado, era um andar que guardava traços de uma paulistana clássica, que segue em linha reta a rotina planejada na quase ausência de dirigir-se o olhar para as pessoas da rua, aos poucos, o seu andar na identificação desse padrão objetivo e quase indiferente no trato com as pessoas ao redor passou a ser, em determinado momento, objeto do seu próprio estranhamento nos trajetos percorridos pela cidade de Salvador.

O modo como se movia nas vias públicas era marcado por um deslocamento seco, reto, com pernas direcionadas verticalmente e sempre a avançar ante ao objetivo programado, entre as mãos que balançavam por contrastes em revezamento às pisadelas ou em oposição de direção a auxiliar no bem-sucedido trajeto, o olhar no horizonte, ausentando de se comunicar com as cenas ao redor – tudo funcionava como uma andada em marcha.

Isso deveria parecer estranho aos olhos soteropolitanos, e você lembra de ter havido intervenções tão normais quanto as que ocorrem ainda hoje. A partir destas você começa a refletir sobre como a cidade de Salvador é interativa, e então decide pulsar em contiguidade.

Aos poucos, o movimento das pernas que nada se relacionavam com o quadril e com as ancas, pois era o centro preciso do eixo para apoio e sustentáculo da verticalidade paulistana, e você foi, aos poucos, num ponto próximo ao umbigo, ganhando uma mobilidade discreta, como se a articulação do quadril tivesse passado por uma lubrificação a adensar numa recatada quebra da bacia. Alguns dos soteropolitanos chamam isso de gingado, ou molejo, e associam a malemolência do corpo ao quanto de azeite de dendê se ingere da sua culinária exuberante.

Assim, quanto mais tempo as pessoas passassem ingerindo a comida baiana, mais estariam aptas a ganhar o molejo do andar nesse gingado privado, a mansidão na fala e o olhar em maresia, que seriam como códigos a adentrar na cultura baiana – se não em seu conjunto, em Salvador, conforme você a capta.

É importante sublinhar que, em Salvador, parece que todas as pessoas, ao andarem pelas ruas, desenvolvem uma espécie de dança que as envolve umas com as outras. É comum, igualmente, as pessoas cantarem nas ruas, circunstância que vez ou outra você ficava intrigado, como se estivessem realizando um ato ilícito, porque em São Paulo essa conduta seria estranha e atribuída aos loucos. Contudo, passados os anos na cidade, você considera normal que as pessoas cantarolem nas ruas, à medida que andam, como forma de tornar mais atrativo seu trajeto. E hoje, não raro, você se pega andando e cantando nas ruas, como um código que se adere e incorpora da cultura da cidade.

Passa-se a considerar como toda aquela manifestação corporal era significativa para que se estabelecessem vínculos e comunicação uns com os outros, como se fosse uma identidade em comum.

Assim, condutas foram modificadas, passando não só a não estranhar, mas também a fazer jus a um conjunto de práticas diferentes daquelas que foram ensinadas na sua infância e constituídas na adolescência e vida adulta em São Paulo.

Pode-se perceber, então, que as mudanças ocorrem por uma certa assimilação consciente na tomada de decisão de modificar a memória inconsciente vinda de um hábito. É como uma proposta que devesse ser substituída, e assim há uma modificação ou uma outra maneira de direcionar o corpo no espaço. Aciona-se um passado a ser modificado por outras condutas no contato com corpos diferentes, mesclando o jeito que você seguia, a andada em ritmo frenético, com destino pré-projetado, para adentrar numa outra atmosfera de mexer o esqueleto no espaço com mais lentidão e ondulação no ritmo (MAUSS, 1974; LEPECKI, 2012).

É a partir dessas condutas que, em Salvador, uma cidade ladeada pela baía de todos os santos, podem os corpos operar também como instrumentos percussivos durante seu trajeto com pés e mãos, fazendo sons enquanto se dirigem aos seus destinos e interagindo com a paisagem. O tempo para os soteropolitanos é outro, apesar de ser uma cidade comercial e quarta maior cidade brasileira por população.

É em meio a essa contradição que a cidade é também ardilosa os corpos baianos mostram amorosidade no falar, entusiasmo na cooperação por atenção aos assuntos alheios. Os soteropolitanos ensinam os códigos de conduta para a entrada ao “ser baiano” e as normas do ir e vir de um restrito espaço geográfico, do qual se podem acessar apenas algumas áreas, assim que se vivenciam poucas faces da cidade ou territórios específicos, pela dificuldade de acesso a determinados locais, impedidos pela violência de alguns grupos.

Alguns dos soteropolitanos, por habitarem as terras ladeadas dessa grande baía, parecem dotados de poderes especiais. Há uma espécie de alegoria em carne

em que todos parecem de algum modo performar, aderindo ao teatro baiano da vida cotidiana. Engana-se, contudo, ao tirar do molejo, do olhar amoroso, da gentileza e fala encadeada, quem pensa que essa baianidade é dada somente à calma, à tranquilidade e à paz.

Os corpos soteropolitanos podem ser também violentos, no meio dessa ossadura que brilha no céu a partir das sete. Findado o período da manhã e início da tarde, os “meninos luz” viram rastros de cadáveres, sobre os quais a cidade grita e canta nos sambas de roda e nas ladainhas de capoeira.

As ruas assemelham-se a parques desertos. Uma imensidão mental torna pequenas distâncias do caminhar longos percursos até a chegada ao destino. As pessoas apavoradas tentam, às vezes sem sucesso, encontrar umas às outras para encorajar-se num trajeto, sem saber se alcançarão seus objetivos. Sombras aparecem atrás dos postes e das árvores, pedintes, como mortos derretidos no asfalto, ressurgem em corpos opulentos e vivazes à noite, abordam e rapidamente fazem os “truques mágicos” na guinada com feitiço a encarnações de selvagens seres. E assim, ladeados de violência, se assiste das janelas às próximas vítimas.

Num ato de coragem, ingenuidade ou mesmo ausência de opção, enfrentam-se os perigos nas esquinas: há gritos, agressões, tiros e mortes. O faroeste da noite soteropolitana derrama sangue nas ruas, pintando o asfalto que será lavado pelas águas salinas da maresia, e novamente, no dia seguinte, estão todos a brilhar em uníssono, o céu a transparecer a luz da cidade sob os corpos em molejo a transitarem, cantando e dançando a memória de muito de seus mortos. É no perpetuar quadros de memória, ainda que do inconsciente, esse corpo une alegria e dor como dois lados de um só: a contradição dos corpos em Salvador é instaurada.

Mas aqui é importante dizer que, mesmo com a malemolência do andar e da possível violência, o corpo soteropolitano é um corpo trabalhador, que desperta no raiar do sol todos os dias, acumulando as cicatrizes dos seus ancestrais, em busca da finalização dessa tirania, mas está ausente de encontrar meios para modificar essa realidade.

É nesse corpo cultural que a memória se inscreve. Parte-se para pensar num retorno desse corpo ao passado, que na rememoração se reformula, sem ao certo saber se há modificações anunciadas ou apenas quadros revisados da memória corporal adaptados à estrutura, somente insinuando pontos de mudanças (SANTOS, 2013).

Marc Bloch, revisitando Halbwachs, suspeita da construção linear da história por quadros de memória que auxiliariam no encaixe perfeito para sua reconstrução num tempo sem desvios. Apesar de garantir seu apreço ao trabalho do sociólogo, para Bloch, passado e presente não estão em oposição um ao outro, e sim existem em referência um com o outro, e seu ajuste é imperfeito.

Já Myrian Sepúlveda dos Santos (2013) não apenas apresenta estudiosos da memória em atenção aos signos, às representações e às estruturas, mas também considera as experiências traumáticas, entre gerações contíguas. Sabe-se que a vivência da escravidão por mais de três séculos no Brasil representa um crime humanitário com rastros através dos quais se percebe uma memória intergeracional operando sob diferentes efeitos na duração (BERGSON, 1990).

Assim, a memória ferida deixa rastros corporais por traumas, sendo evidenciada na repetição pela memória hábito, e que interpenetra uma memória potente que estaria no polo oposto daquilo que se conserva no tempo como tradição, e daquilo que se interpreta desta e se modifica, ou a vida como movimento e diferenciação (FREUD, 1969).

Contudo, a memória ferida, conceito utilizado por Ricoeur (2007) insere a ideia que já havia sido descrita como memória hábito, de modo exemplar, por Henri Bergson. Entretanto, Ricoeur alarga o conceito de memória hábito, e o apresenta de um ponto de vista mais amplo, assim que a memória ferida se une ao conceito de memória hábito incluindo as feridas traumáticas que Ricoeur adentra agora na explicação pela psicanálise de Freud.

De forma resumida, Bergson descreve a memória hábito como um entrave cognitivo do corpo por meio da repetição, o que implica a dificuldade do acesso desse sujeito à criatividade, ou impossibilitando o sujeito de inserir-se em novos

aprendizados. Para Bergson, a memória hábito, ou motora, é condicionada a repetir a ação inconsciente do corpo conforme aquilo que o sujeito aprendeu, sendo que essa ação é “vívda, agida mais do que representada” (BERGSON, 1990). Paul Ricoeur, soma-se a esse o conceito de memória ferida que ocorre por essa repetição da tradição, mas amplia-se o escopo da reflexão, abrindo o pensamento para uma suposta afetação desse corpo a um evento traumático. Estando esse trauma a ser revivido, e aprisionando o sujeito numa memória hábito inconsciente e que retorna como um fantasma, ou o “objeto de amor” ou desejo perdido em que o passado se presentifica. O tempo transcorre, mas o indivíduo continua preso a essa imagem atordoante que liga o signo traumático, numa cadeia simbólica ao tempo presente. Esse tipo de memória é chamado por Paul Ricoeur de memória *pathos*, memória afecção ou memória ferida.

Pensar a fenomenologia a partir da memória ferida reside na constituição da identidade que pode ser individual ou coletiva de um povo. É por isso que é possível dizer de “traumatismos coletivos”, de feridas da “memória coletiva”. Portanto, pode ser compreendida às perdas coletivas como aquelas que afetam a própria substancia do Estado (o poder, o território, as populações).

Na esteira de outras categorias da memória retorna-se para Bergson que percebe a relação do indivíduo no presente com o passado, que para ele opera na duração ou no tempo. Essa duração é constitutiva de pausas na cronologia e adere-se a um processo fundamental para o pensamento conjugado à ação num devir criativo e ininterrupto, vivificando esse presente do passado em direção ao novo. É o movimento diferente do anterior ou aquele engajado ao hábito motor dos corpos, mas que agora retorna com diferença por uma percepção inédita do sujeito.

Bergson compreendeu a vida como impulso, ou *elã* vital, na evolução à cognição dos sujeitos. Para esse autor, o passado e o presente agem em simultaneidade, contudo, a saída da memória hábito pelo indivíduo, implica um sujeito epistêmico da memória que dirige o fluxo qualitativo da vida e se compreende a partir de múltiplas possibilidades. É na ampliação dos afetos dos sujeitos que

Bergson justifica essa vida criativa para construir outros modos de ver, sentir e agir no mundo.

Considerações Finais

Espera-se com esse debate ter animado um possível modo de refletir a fonoaudiologia generalista, se não nacionalmente, ao menos territorialmente na cidade de Salvador. Compreende-se que a movimentação desse corpo no espaço é sociocultural e política, operando uma memória que do presente resgata um passado com réstias de uma história colonial que persiste sobre aspectos mais ou menos imprecisos.

Como pensar esse fonoaudiólogo generalista na relação com esses corpos que revelam signos do passado e que reaparecem no presente. Ou mesmo, como decifrar essa arqueológica do corpo emaranhada na cultura histórica à contribuir para reflexões de um pensar a vida em movimento, ou do ser com a vida aproximando-se desse outro. Houve a abertura a essa “geografia” fonoaudiológica percorrida pelo e no corpo, buscando relação com os estudos sociológicos e filosóficos da memória como uma maneira de descrever o corpo soteropolitano, operando por uma especificidade, sem no entanto, agregar a história pesada a esse corpo que é igualmente ambíguo na malemolência, na diplomacia, podendo fazer do opressor suas relações pessoais deste como dependente, ou um corpo da potência, que investe seu sentido nos símbolos do presente, almejando a saída da opressão histórica.

Apesar de todo o aparato social, esse corpo soteropolitano move-se no mundo em meio à alternância no cruzamento dos vestígios de um passado que ressurgem no presente do período colonial (GILROY, 2002), com alterações e diferenças ora menos explícitas e ora mais evidentes. É bastante provável pensar esse corpo marcado por traumas históricos a acionar lembranças imprecisas de uma memória ferida em meio aos hábitos conjugados aos comportamentos sociais impostos pelos grupos dominantes. A exemplo destes, estariam sendo evidenciados

trabalhos precarizados na confluência de questões históricas e socioculturais complexas. Por outro lado, verifica-se que as teorias fenomenológicas da memória aparecem como um importante saber à compreensão de questões difusas livrando os sujeitos do seu aprisionamento à estrutura social marcada, e o percebendo em movimento de seguir para frente sua vida. Seria a procura da “tradução” desses corpos culturais em ação a busca do compromisso ético, social e político relevante ao perfil do profissional de saúde e do fonoaudiólogo generalista?

Iniciando-se ao fluxo dessa reflexão, o profissional generalista nessa perspectiva, abriria as narrativas de grupos invisibilizados da sociedade, ou inaugurando novos testemunhos por narrativas historicamente impedidas para auxiliar esse sujeito ao movimento presente da vida. Poderia ainda dizer que, as teorias da memória propiciam ferramentas à compreensão dos contextos sócio-históricos para facilitar a reparação. Unindo a dor do outro à sua própria ferida memorial pela experiência prática ocorrida das narrativas sentidas por todos nós como cidadãos, ao considerar uma nação de grupos diversos e interdependentes uns em relação aos outros, se estaria consciente da expansão da memória como ferramenta linguística e principal condução política para a reparação dos direitos sociais.

Ainda, ao proporcionar a abertura de narrativas e compreender o contexto das memórias impedidas a séculos, é possível facilitar novos formatos de se contar e descrever as histórias pela rememoração num processo contínuo de fazer e refazer a linguagem. Pensa-se agora o corpo no contexto sociocultural numa potência do sujeito capaz de inserir-se como protagonista da sua história, saindo das marcas da repetição ou da memória ferida (RICOEUR, 2007; ELIAS, 1994). Essa ação poderia ser fomentada pelo fonoaudiólogo ou profissionais de saúde generalistas, ou ainda, poderia ser esse um dos caminhos estratégicos para impulsionar uma fonoaudiologia generalista, ao abrir testemunhos, relacionados às políticas sociais da memória.

Referências

- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BLOCH, Marc. *Mémoire Collective, Tradition et Coutume*: a propos d'un livre recent. Paris: La [renaissance](#) du [livre](#). 1925.
- BOURDIEU, P. *O senso prático*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara De Educação Superior. *Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fonoaudiologia*. Resolução CNE/CES 5/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002, seção 1, p. 12.
- DESCARTES, René. *O discurso do método*. 3a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1895] 2014.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1994. v. I.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1993. v. II.
- FENTRESS, J; WICKHAM, C. *Memória social*. Lisboa: Teorema; 1992.
- FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 14.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*: modernidade e dupla consciência. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed 34/UCAM, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- LEPECKI, André. Coreopolítica e coreopólicia. *Ilha (Revista de Antropologia)*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 41-60, jan./jun. 2012.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. 2. ed. São Paulo: Ed. USP, 1974.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 3-15, jan./jun. 1989.

RICOUER, Paul. *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Coletiva, trauma e cultura: um debate*. *Revista USP*, São Paulo, n. 98, p. 51-68, 2013.

SORGENTINI, Hernán. Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 4, pp. 203-228, 2003.

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 05/2022

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424